

## TRABALHADORES E A QUESTÃO DA CIDADANIA NO BRASIL REDEMOCRATIZADO: A EXPERIÊNCIA DOS OPERÁRIOS EM CURTUMES DE ALAGOINHAS NOS ANOS 1950

Moisés Leal Morais<sup>1</sup>

*Resumo:* Com o declínio da Ditadura do Estado Novo, em 1945, estabeleceu-se no Brasil uma democracia representativa. Houve uma relativa expansão do direito ao voto entre os trabalhadores, reconfigurando as relações políticas estabelecidas entre esses sujeitos sociais junto a representantes políticos ou o Estado. Nessa época, uma legislação trabalhista e previdenciária também já tinha sido incorporada. No entanto, direitos sociais e políticos, na prática, continuavam sem se efetivarem para uma ampla parcela da população. Nesse artigo, é dada a atenção a experiência desenvolvida pelos operários em curtumes em Alagoinhas e de como atuavam no terreno político, na década de 1950, nesse cenário em que a condição de cidadania não se apresentava como universal.

*Palavras-chave:* Alagoinhas. Cidadania. Democracia. Trabalhadores.

## WORKERS AND THE ISSUE OF CITIZENSHIP IN THE DEMOCRATIZED BRAZIL: THE EXPERIENCE OF WORKERS IN TANNERIES OF ALAGOINHAS IN THE 1950'S

*Abstract:* In 1945, a representative democracy was settled in Brazil, whereas the New State dictatorship was declining. There was a relative expansion of voting rights among workers, by resetting the political

---

<sup>1</sup> Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia e professor da rede pública do Estado da Bahia. Endereço eletrônico: moiseslmorais@yahoo.com.br.

relations established between these social subjects towards the political representatives or the state. At that time, a labor and social security laws had also been incorporated. However, social and political rights, in practice, still without to take effect for a large portion of the population. In this article, attention is given to the experience developed by the workers in tanneries in Alagoinhas and how they were acting in the political field in the 1950s, in this scenario where the condition of citizenship was not presented as universal.

*Keywords:* Alagoinhas. Citizenship. Democracy. Workers.

## **A não universalização do estatuto de cidadania**

A consolidação do capitalismo se engendra com a formação de elementos jurídico-políticos fundados na doutrina liberal. Dentre eles, emerge o estatuto de cidadania, forjado como símbolo radicalmente distinto aos que eram sustentados pelo Antigo Regime, que, por exemplo, vinculava a legitimidade do exercício do poder ao direito divino e atribuía privilégios, de acordo com as condições de nascimento.

No entanto, desde a sua gênese, a condição de cidadania, no capitalismo, constituiu-se como algo restrito. Os direitos individuais não foram universalizados. Estados republicanos, com Constituições inspiradas em princípios liberais, defendiam a garantia da liberdade individual ao lado da manutenção da escravidão da população negra (BOSI, 1988).

No Brasil, com o fim da monarquia e a implantação da República, reproduziu-se uma dinâmica semelhante. O ideário de democracia e cidadania, defendido pelos republicanos, inclusive como elementos de distinção da monarquia, não se cumpriu. Uma ampla parcela da população continuou alijada de direitos sociais e políticos, ao tempo que uma série de

alegorias e símbolos foram utilizados para expandir as bases de legitimação da nova ordem sociopolítica (CARVALHO, 1990).

Em solo brasileiro, somente no decurso dos anos 1930 e 1940 é que ocorreu uma relativa extensão de direitos sociais e políticos para um número maior de pessoas. Todavia, manteve-se ainda uma imensa parcela da população sem um efetivo acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, ou incompatibilizada para com as prerrogativas exigidas ao estatuto de eleitor. Em suma, havia uma larga distância entre a Lei e o que era vivenciado cotidianamente no chão da fábrica ou nos bairros periféricos.

Porém, a restauração do regime representativo no Brasil, com a derrocada da ditadura do Estado Novo, em 1945, possibilitou a emergência política de setores empobrecidos da sociedade, sobretudo através do uso do voto. Nesse sentido, apresentava-se uma brecha para a participação política desses setores, apesar dos limites inerentes a uma democracia representativa, pois não se viabilizava mecanismos para uma interferência direta nas instâncias decisórias. Contudo, a possibilidade de votar evidenciava-se como um instrumento de relativa pressão, para se obter ao seu favor políticas governamentais, uma vez que correspondiam a estratos da sociedade que convinha não serem ignoradas no cálculo eleitoral (GOMES, 2001). A experiência dos operários em curtumes de Alagoinhas, nos anos 1940 e 1950, correspondem a um dos inúmeros exemplos que tiveram lugar no Brasil nesse período, diante da reconfiguração das relações políticas que passaram a se desenvolver entre trabalhadores, junto ao Estado, partidos e representantes políticos.

O ano de 1945 vivenciou o fim da Segunda Guerra Mundial e o declínio dos regimes nazifascistas. Esse panorama contribuiu para capitalizar a força do movimento de oposição no Brasil ao Estado Novo, regime ditatorial vigente

desde 1937. Diante dessa conjuntura promoveu-se a distensão desse regime, trazendo o retorno das eleições e do quadro partidário no país, assim como a reabertura das Casas Legislativas. No entanto, esse processo “não produziu uma substituição radical dos grupos no poder, embora exigisse uma reformulação político-institucional”. Pois a deposição do ditador Getúlio Vargas, em 1945, e a construção da transição para uma abertura política foi capitaneado pela “mesma elite política que esteve à frente do regime deposto” (SOUZA, 1976, p. 63-64).

Desse modo, uma transição foi necessária ser tecida, implicando em uma reorganização das instituições políticas no país, abrindo espaço para algumas transformações, embora não tenham sido profundas, no que concerne a concretização da participação política de grupos sociais excluídos.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Esse processo ocorreu em um contexto de relativa ampliação da participação eleitoral de setores subalternos, através do sufrágio, e foi marcado pela reorganização do sistema partidário brasileiro, definindo como condição para que os partidos fossem registrados a ligação a bases nacionais. Por isso, os partidos deveriam apresentar uma lista de 10.000 assinaturas que fossem oriundas de, pelo menos, cinco estados da Federação. Cabe destacar a emergência das quatro legendas partidárias mais influentes no quadro político brasileiro desse momento: UDN, PSD, PTB e PCB. A UDN, inspiradas em princípios liberais agregava em suas fileiras elementos que se opuseram a ordem autoritária do Estado Novo, liderada por Getúlio Vargas. O PSD e o PTB, por sua vez, tiveram a sua construção intimamente relacionada aos vínculos que este regime estabeleceu com determinados segmentos sociais. O PSD com os quadros administrativos remanescentes das interventorias e o PTB com lideranças sindicais, fruto do relacionamento que se desenvolveu através do Ministério do Trabalho. O PCB, após um longo tempo de atuação na clandestinidade, passava a desfrutar de liberdade para participar do processo eleitoral, reunindo uma significativa base social que abrigava, principalmente trabalhadores urbanos. Outras legendas de importância mais regionalizada também surgiram. São exemplos: PSP, PTN, PDC, PRP e PR. SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil*

Com isso, fica evidenciado que o advento da chamada “redemocratização” foi incapaz de universalizar a condição de cidadania, mesmo em termos de direitos políticos. Com tal “redemocratização”, ocorreu a volta do pluripartidarismo e das eleições diretas, de acordo com o que previa a Constituição de 1946 (SOUZA, Op. cit.). Portanto, estava sendo (re) institucionalizada no país uma democracia representativa, voltando a existir o que Paul Hirst considera “a virtude limitada de permitir que alguns dos principais responsáveis pela tomada de decisão e pela iniciativa política no Estado sejam trocados periodicamente ou ameaçados por essa troca” (HIRST, 1992, p. 39).

Comumente há uma associação entre democracia e democracia representativa, todavia trata-se de noções distintas. Para Paul Hirst, democracia seria uma forma de governo exercida diretamente pela sociedade sem estar submetida a nenhuma autoridade superior. Enquanto democracia representativa constitui-se na possibilidade dos eleitores escolherem a maioria dos responsáveis pelo processo de tomada de decisão no Estado, a partir dos candidatos selecionados pelos partidos políticos. Nesse caso, “os eleitores escolhem algumas das pessoas envolvidas na tomada de decisão governamental, mas não escolhem as decisões” (Idem, p. 39).

Então, ao tempo que se estendia a participação eleitoral de setores desprivilegiados da sociedade brasileira, apresentava-se uma brecha para a ampliação da participação política, mas que, inevitavelmente, se deparava com os limi-

---

*(Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República). São Paulo: Difel, 1973; GOMES, Angela de Castro e D'ARAUJO, Maria Celina. Getulismo e trabalhismo. São Paulo: Editora Ática, 1989; BENEVIDES, Maria Victoria. O PTB e o trabalhismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989; COELHO, Sandro Anselmo. O Partido Democrata cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v.23, n. 46, p. 201-228, 2003.*

tes intrínsecos a uma democracia representativa. Ou seja, mantinha-se o obstáculo para atuar nas deliberações políticas construídas em instâncias governamentais.

Contudo, é inegável que o direito ao voto funcionou como um elemento de relativa pressão para uma parcela da população empobrecida alcançar auxílios governamentais ao seu favor, pois convinha não serem ignoradas na contabilidade eleitoral, apesar da característica assimétrica que marcava as relações entre os trabalhadores junto ao Estado nesse contexto. Mas, apesar do aumento da participação eleitoral de setores da classe média e trabalhadora, a manutenção do analfabetismo como impedimento para se alcançar o estatuto de eleitor excluía o direito de votar de uma significativa parcela da população brasileira. Outro limite se dava na estrutura interna das organizações partidárias, uma vez que prevaleciam representantes políticos vinculados as elites (SOARES, 1973, p. 136).

Portanto, mantinha-se ainda uma estratificação no que diz respeito à representação política no Brasil, sobretudo nos níveis federal e estadual, onde as despesas com as campanhas eram mais onerosas, além da estratificação interna dos partidos que privilegiavam nos seus quadros aqueles que dispunham de formação universitária.<sup>3</sup> Todavia, no nível municipal, se percebia algum grau de diferença nesse aspecto, sendo eleitos, principalmente para o cargo de Vereador, trabalhadores e pequenos comerciantes. Nesse nível, se tornava propícia a eleição de quem não dispunha de muitos recursos

---

<sup>3</sup> Idem. Ao analisar os treze primeiros anos (1945-1958) do regime representativo instaurado no Brasil com o fim da ditadura do Estado Novo, Nelson Sampaio concorda que as despesas com a campanha eleitoral, sobretudo no que concerne a propaganda, restringia, na Bahia, a participação de indivíduos com baixo poder aquisitivo nas disputas por cargos eletivos nos níveis estadual e federal. SAMPAIO, Nelson de Souza. *O diálogo democrático na Bahia*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares, 1960, p. 28-30.

financeiros, uma vez que as campanhas políticas eram financiadas quase que exclusivamente pelos candidatos. E, na medida em que, essas campanhas ficavam restritas ao nível municipal dispensavam-se grandes custos com viagens, hospedagens ou propaganda indireta, como também, poderiam ser tocadas através do candidato, familiares e amigos (SOARES, op. cit., p. 136-144).

Constituição de 1946, (BRASIL, 1946) promulgada após o ocaso do Estado Novo, afirmou a consigna de que “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”, consigna que remete ao ideário de soberania popular sobre o qual se alicerça a legitimidade do Estado Moderno; afirmava também o compromisso em assegurar trabalho que possibilitasse “existência digna” para todos. Mas, na prática, o texto da Lei não alcançava sobrevida fora do papel, constituía-se apenas em jargões esvaziados de sentido para a vida prática. A cidadania não se universalizava e o direito a uma participação política efetiva continuava obstruído.

Esse cenário adverso, que alijava principalmente as camadas subalternas da população da condição de interferir nas ações do Estado, sob determinado enfoque, se constitui como um episódio da história política do Capital. Ou seja, a tônica das decisões do Estado é definida pelas classes abastadas, em detrimento dos mais pobres. Estes, para alcançar políticas públicas em seu favor, utilizaram diversas estratégias para requisitar aos representantes do Estado o atendimento de suas demandas. Relações políticas de caráter assimétrico se estabeleciam entre indivíduos e representantes políticos, tendo como elemento inerente o reconhecimento tácito do fundamento de soberania popular sobre o qual se legitima o Estado (CHATTERJEE, 2004). A experiência construída por trabalhadores em Alagoas entre as décadas de

1940 e 1960 permite identificarmos diversos exemplos, como o dos operários em curtumes que veremos a seguir.<sup>4</sup>

## A experiência dos operários em curtumes

A cidade de Alagoinhas, na metade do século passado, vivenciava uma intensificação no processo de urbanização. A ocupação residencial expandia-se, ao passo que as contradições sociais, articuladas a esse processo, também emergiam. Nessa conjuntura, demandas dos trabalhadores relacionadas a diferentes dimensões da vida urbana passaram a figurar com recorrência na agenda política. Representantes políticos, dentro e fora do município, foram mobilizados por trabalhadores para requisitar melhorias na infraestrutura urbana de bairros operários ou nas condições de trabalho, assim como, para assegurar emprego, assistência médica, previdenciária e acesso a recreação. Em compasso, percebeu-se a emergência dos trabalhadores como segmento eleitoral relevante. O voto operário passou a ser disputado, inclusive, por representantes políticos que não eram oriundos dessa parcela da população.

Categorias profissionais como os ferroviários, operários em curtumes e comerciários, entre 1947 e 1964, possuíram representante eleitos para o cargo de vereador. E ao analisar esse contexto, percebe-se que em Alagoinhas, os partidos políticos eram mobilizados pelos trabalhadores como um instrumento a ser utilizado para participar do jogo político que tem lugar em uma democracia representativa.

Eram comuns as dissidências que se desdobravam na transferência de uma sigla partidária para outra. Muito embora não tenha sido uma prática exclusiva dos trabalhadores,

---

<sup>4</sup> Para maiores detalhes sobre a participação política de trabalhadores em Alagoinhas, entre as décadas de 1940 e 1960, ver: Morais (2011).

essa dinâmica partidária também envolvia representantes das elites, das quais emergiam os sujeitos que assumiam as funções diretivas das agremiações partidárias no município, exibindo a estratificação social que era peculiar no interior dos partidos brasileiros naquela época. Sem dúvida, tal estratificação era um dos componentes que limitava aos trabalhadores a construção de uma efetiva participação política. O entendimento esboçado pelo ferroviário Almiro Carvalho Conceição em 1950, que se identificava no interior do PSD como “um operário em partido de patrões” (O NORDESTE, 1950, p. 1) é válida para qualquer outro trabalhador que se dispusesse a se envolver no jogo eleitoral a partir dos partidos políticos presentes em Alagoinhas naquele período (MORAIS, 2011).

Na década de 1950, a atividade de curtimento de couros e peles despontou como a base econômica do município (IBGE, 1955), havendo em 1952 oito curtumes funcionando e dois por iniciar as suas atividades (CÂMARA DE VEREADORES DE ALAGOINHAS, 1952n). Todavia, o apogeu dessa atividade econômica não se traduziu em melhores condições de vida e trabalho para os operários nela empregados. Além disso, a liderança dos curtumes na economia local não se sustentou por muito tempo, pois, dois dos maiores curtumes da cidade faliram em 1955, a saber, o Curtume São Paulo e o Curtume Santa Cruz (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA, 1997, p. 87), implicando na demissão de mais de 200 operários colocando “mais de 1.300 pessoas de suas famílias em desamparo” (CÂMARA DE VEREADORES DE ALAGOINHAS, 1956).

Há referências, da relevância dos operários em curtumes como contingente importante para os resultados eleitorais no município. A tentativa de aproximação do deputado estadual Josaphat Azevedo (UDN), em 1955, junto à entidade sindical dos curtumeiros reitera essa compreensão. Sobre esse episódio, o jornal *O Nordeste*, veiculou que:

Comenta-se nos meios operários dos curtumes dessa cidade, que o deputado Josaphat Azevedo, pelo natural receio da falta de prestígio com a perda do [Departamento] de portos, rios e canais, está procurando, por intermédio de certos empregadores daqueles estabelecimentos industriais, avançar na direção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Curtimento de Couros e Peles para transformá-lo em um novo campo de negociata de votos (O NORDESTE, 1955a, p. 3).

Se era do intento de Josaphat Azevedo interferir na direção do Sindicato dos curtumeiros, em Alagoinhas, para barganhar os votos destes trabalhadores, tal iniciativa foi frustrada, pois a chapa liderada por Romualdo Campos saiu vencedora na eleição sindical de 1955. O jornal *O Nordeste* noticiou este resultado através de uma matéria que fazia alusão à cobiça sobre os votos do eleitorado curtumeiro e trazia o seguinte título: "Boa resposta dos operários — Sindicato não é pasto para barganhas políticas, o deputado errou o endereço" (O NORDESTE, 1955b, p. 2).

Romualdo Campos foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Couros e Peles de Alagoinhas durante a década de 1950 e vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na legislatura de 1951-1954 e pelo Partido Social Democrático (PSD) nas legislaturas de 1955-1958 e 1959-1962. Nascido no povoado de Sauípe, no município de Alagoinhas (CÂMARA DE VEREADORES DE ALAGOINHAS, 1952e), Romualdo Campos, em seu mandato de vereador intermediou algumas demandas dos operários da indústria, especialmente os que pertenciam ao ramo de curtumes, junto às diferentes esferas do Estado ou agências governamentais. Este caráter, presente na sua atuação, em parte, se explica por seu pertencimento ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Curtimento de Couros e Peles em Alagoinhas (O NORDESTE, 1949, p. 3). Muito provavelmente, a sua elei-

ção para o Legislativo Municipal tenha se dado em virtude dos votos recebidos dos curtumeiros que vislumbravam acessar a canais do diálogo institucional para alcançarem auxílios e políticas públicas que pudessem, ao menos, atenuar as dificuldades por eles enfrentadas. Neste sentido, empossado como vereador, caberia a Romualdo Campos corresponder ao seu eleitorado, às vezes, recorrendo como alternativa o estabelecimento de relações políticas, inclusive, com representantes que não figuravam no campo trabalhista.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Curtimento de Couros e Peles em Alagoinhas, já estava em atividade desde 1935 (O POPULAR, 1935, p. 3). E em 1946, com a abertura política, operários dessa categoria mobilizavam-se para requisitar de representantes políticos o agenciamento de ações em seu favor. Esse exemplo provém de dezembro daquele ano, quando dezenas de trabalhadores subscreveram um telegrama dirigido a Luiz Carlos Prestes, então Senador pelo PCB, pleiteando a concessão de abono de natal (TRIBUNA POPULAR, 1946, p. 1). A reivindicação desse benefício, certamente, visava atenuar as dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores que recebiam parcos salários, cujo poder de compra era corroído, em função da elevação constante nos preços de gêneros de primeira necessidade.

Mas, através de Romualdo Campos, vereador eleito em 1951, que, no plenário do Legislativo Municipal, foi dada uma maior visibilidade aos problemas enfrentados por operários em curtumes de Alagoinhas. Por exemplo, em 1952, denunciava-se que o salário mínimo não estava sendo cumprido tal como determinava a Lei (CÂMARA DE VEREADORES DE ALAGOINHAS, 1952a), patenteando a distância entre o que era previsto pela legislação e o que realmente era vivenciado por operários do setor industrial em Alagoinhas, após uma década da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A existência de um vereador no Legislativo Municipal, oriundo dessa categoria de trabalhadores, tornava pos-

sível dar visibilidade às arbitrariedades cometidas pelo segmento patronal num cenário em que a condição de cidadania não se efetivava para todos.

A presença de Romualdo Campos também foi mobilizada para solicitar, em 1951, através do Legislativo Municipal, a solicitação da instalação em Alagoinhas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), alegando-se que havia mais de 2000 operários da indústria e associados vinculados a esse Instituto previdenciário na cidade (CÂMARA DE VEREADORES DE ALAGOINHAS, 1951b).

A presença na cidade de postos do IAPI poderia diminuir as dificuldades pontuais desses operários da indústria. Por exemplo, evitaria a necessidade do deslocamento dos trabalhadores associados a esse órgão para outra cidade quando necessitassem solucionar questões relacionadas à previdência, evitando o dispêndio de recursos econômicos com deslocamento para estes, que, em alguns casos, sequer recebiam um salário mínimo.

No entanto, no caso do IAPI, havia uma distância entre o objetivo a ser cumprido por esse órgão e o que efetivamente se realizava. Por mais de uma vez, Romualdo Campos foi porta voz de denúncia relacionada à atuação desse Instituto previdenciário. Por exemplo, em maio de 1952, Romualdo Campos usou a tribuna da Câmara para denunciar que o IAPI vinha deixando os seus associados sem o amparo previsto na Lei. Reforçando a sua crítica acrescentou o seguinte testemunho:

Um associado do mesmo Instituto adoeceu gravemente e ele [Romualdo] em companhia do Doutor Arnaldo Tavares, médico do mesmo Instituto, fora visitá-lo e o referido médico, depois de meticuloso exame, concluiu com um laudo que foi enviado a direção do Instituto, que o operário associado precisava de alguns dias de descanso.

Decorrido alguns dias o operário faleceu e ontem recebeu com surpresa uma carta do Instituto para o dito operário dizendo-o apto para o serviço e que não precisava de descanso e dos favores daquele Instituto. Realmente, o operário já falecido nada mais precisava (CÂMARA DE VEREADORES DE ALAGOINHAS, 1952d).

Diante disso, constatava-se o descaso a que eram submetidos os operários associados ao IAPI e em sintonia com a tônica trabalhista considerava que o governo Vargas, havia “dado lei que lhes concede grandes benefícios e garantias, entretanto os incumbidos de executar a lei procuram burlar e traem a confiança que lhes é depositada.”

Interpretando direitos sociais como fruto da dádiva do Governo Vargas, Romualdo Campos, nessa intervenção, aponta para a distância existente entre o que era previsto na legislação e a sua aplicação. Ao mesmo tempo, cobrava o cumprimento de uma espécie de acordo tácito existente entre Estado e trabalhadores. A sua cobrança, no entanto, desloca a responsabilidade pelo descumprimento de tal acordo para agentes intermediários que não executavam a legislação social disponível. Essa sua forma reticente de reivindicar o reconhecimento de compromisso para com interesses dos trabalhadores, revela a assimetria nas relações políticas estabelecidas entre estes e a estrutura governamental que teve lugar naquela época, tal como sugere Ângela de Castro Gomes (1988).

Em 1953, novas queixas surgiram contra os serviços prestados pelo Instituto responsável pela previdência dos operários da indústria. A entidade sindical dos operários em curtumes decidiu encaminhar uma representação ao Ministro do Trabalho. Sobre esse assunto, Romualdo Campos, mais uma vez, reivindica ação negligenciada pelo Estado, nos seguintes termos:

É sabida a falta de assistência social, aos operários em geral deste município, alguns dos quais portadores de moléstias insidiosas e sem nenhum recurso para o seu tratamento; que aos poderes públicos cabe a responsabilidade, no entanto abandonam os operários de tal maneira, que nem, ao menos, procuram cumprir o seu dever dentro da lei que rege a espécie; que existe operários doentes, encostados nos Institutos recebendo a diminuta quantia de trezentos cruzeiros, importância deficiente para o sustento individual, quanto mais para atender as necessidades da família e remédios (CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS, 1953, grifo nosso).

Na sessão seguinte, Romualdo Campos retificou que a quantia recebida pelos operários “encostados” nos institutos previdenciários era de 395 cruzeiros e não de 300 cruzeiros, como tinha afirmado na sessão anterior. Mas o que é central na sua argumentação é o abismo que separa a legislação social e o que de fato era vivenciado pelos trabalhadores. Naquela ocasião, Romualdo Campos também chamou a atenção para a difícil situação dos operários, “alguns dos quais portadores de moléstias insidiosas e sem nenhum recurso para o seu tratamento”. Certamente refere-se aos casos de tuberculose que eram recorrentes entre operários das indústrias, os quais, com os poucos recursos da remuneração que recebiam, enfrentavam sérios problemas para conduzir um tratamento clínico.

Nesta condição, um operário chamado Idelfonso Teodoro de Oliveira, enfermo por ter contraído tuberculose, acionou Romualdo Campos para que este atuasse como intermediário junto ao Ministério da Saúde, no intuito de viabilizar o seu tratamento e, com isso, ter sanada essa necessidade imediata, de maneira que “a Câmara interceda ao Ministro de Educação e Saúde, solicitando a sua excelência afim de lhe ser fornecida doses suficientes do medicamento

Hidrazina para o seu tratamento” (CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS, 1952h).

O estado em que se encontrava o operário Idelfonso Teodoro de Oliveira, tendo contraído tuberculose e sem recursos para se tratar, não se configurava como um caso isolado, pois, segundo Romualdo Campos, havia outros “operários atacados do mesmo mal e sem o necessário recurso para se manter e se tratar” (CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS, 1952h).

Cerca de um mês após ter sido feito o pedido do medicamento, Romualdo Campos reitera-o para atender o tratamento de um operário também portador de tuberculose, solicitando que para isso fossem encaminhados telegramas constando o mesmo pedido para o Ministro da Saúde e o Secretário de Saúde do Estado da Bahia (CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS, 1952i). Passaram-se alguns dias e a remessa do medicamento ainda não tinha sido enviada. Diante disso, Romualdo Campos informou que o operário que requereu a sua mediação junto ao Poder Público para o tratamento da tuberculose, vinha sendo assistido por Pedro Dórea, médico e então prefeito municipal de Alagoinhas, o qual tinha fornecido medicação e atendido gratuitamente ao operário enfermo (CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS, 1952l).

Desde o primeiro semestre de 1952, Romualdo Campos tinha rompido com o diretório local do PTB, partido a que era filiado, ao passo que demonstrava uma aproximação com o PSD, partido do prefeito Pedro Dórea (CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS, 1952b). Certamente, essa condição pode ter permitido que Romualdo Campos intercedesse pelo operário adoentado, solicitando serviços do médico e prefeito Pedro Dórea, pois, nesse momento, mantinha no plenário do Legislativo Municipal uma postura que não era

hostil ao chefe do Executivo Local, diferentemente dos demais vereadores petebista.

Por sua vez, o Prefeito Pedro Dórea, dispunha de condições para atender a tal pedido, pois além de ser médico, tinha requisitado uma remessa do medicamento utilizado no tratamento de tuberculose, e segundo Joaquim Batista Filho, vereador da bancada governista, distribuía “gratuitamente a pessoas pobres atacadas da terrível moléstia” (CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS, 1952j).

Mas a questão de fundo que se apresenta é um contexto em que a cidadania estava longe de se configurar como algo universal, permitindo que relações de caráter clientelista se estabelecessem junto a chefes políticos locais. Por isso, a busca pelo atendimento de determinadas dos trabalhadores previa, também, o percurso por um terreno irregular no campo político. Em 1954, Romualdo Campos voltar a recorrer ao Ministério da Saúde solicitando o envio do medicamento destinado ao tratamento de tuberculose. Dessa vez, o pedido visava atender a “um grande número de operários”:

Exmo. Sr. Dr. Antonio Balbino Ministro da pasta de Educação e Saúde, solicito de sua Excia. autorizar aos seus dignos auxiliares remeter a esta Câmara a quantidade possível de Indrazina, medicamento este de grande utilidade para a cura da tuberculose, vez que são inúmeros os pedidos a esta Câmara por intermédio do vereador Romualdo Pessoa Campos, em virtude do mesmo representar nesta Câmara e no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Curtimento de Couros e Peles, um grande número de operários da indústria desta cidade, os quais diante o trabalho que exercem, com salários irrisórios e, conseqüentemente, mau alimentados, alguns chegam ao ponto, diante dessa situação, de serem atacados por este terrível mal (CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS, 1954b).

Através da solicitação encaminhada ao Ministério da Saúde, além de ficar evidenciada a função de mediador entre uma determinada demanda dos operários e o Estado, também ficam expostas as razões que tornavam vulneráveis os operários da indústria a contraírem tuberculose, uma vez que “diante o trabalho que exercem com salários irrisórios e, conseqüentemente, mal alimentados, alguns chegam ao ponto diante dessa situação a serem atacados por este terrível mal”.

Ao mesmo tempo, essa questão reflete, em dois pontos, o distanciamento entre o que sustentava a legislação e o que era vivenciado por esses trabalhadores urbanos. O primeiro, diz respeito ao acesso digno aos serviços de atendimento médico, os quais eram deficientes em Alagoinhas (MORAIS, 2011, Op. cit.). Diante disso, uma alternativa escolhida pelos operários para sanar uma necessidade imediata, como a assistência a saúde, era o uso desse expediente, ou seja, acionar um interlocutor que pudesse atuar junto a determinados organismos e agências governamentais. Neste caso, era o Legislativo Municipal, que estabelecia um diálogo institucional com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde estadual.

O segundo ponto diz respeito, especificamente, à distância existente entre a legislação trabalhista e o que era praticado nas relações estabelecidas entre patrões e operários cotidianamente. Como foi visto, persistia, por exemplo, o não cumprimento do que era determinado por lei quanto ao pagamento do salário mínimo. Este era o caso dos trabalhadores em curtumes no ano de 1952, principalmente os que estavam vinculados aos Curtumes São Paulo e Santa Cruz, que eram os dois maiores da cidade. A situação destes trabalhadores foi descrita, em tom de denúncia por Romualdo Campos em 1952. Recuperemos parte da discussão que se realizou em torno dessa questão:

De alguns meses para cá, os curtumes [São Paulo e Santa Cruz] vêm trabalhando pouco ou quase nada, a ponto de nos fim de semana os operários não retirarem o necessário para a sua manutenção e de sua família, que, além do mais, os operários estão sendo tratados desumanamente pelos dirigentes, os quais chegam ao ponto de ostensivamente usarem armas de fogo que a todo momento experimentam-nas para verificarem se estão perfeitas (CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS, 1952m).

De acordo com a fala de Romualdo Campos, os trabalhadores nos curtumes São Paulo e Santa Cruz não estavam alcançando uma remuneração para que fosse possível atender a sua manutenção e de sua família. Também é salientada a arbitrariedade dos dirigentes destas empresas, que, em gesto de ameaça, usavam ostensivamente no ambiente de trabalho armas de fogo. Esse panorama, certamente, indica que os operários, nas relações cotidianas, insubordinavam-se frente aos patrões, em um contexto de constante descumprimento da legislação trabalhista, uma vez que um instrumento coletivo de luta como a greve não era assegurado por Lei (CARVALHO, 1994, p. 127).

Em 1954, Romualdo Campos prosseguiu reiterando pedidos de medicamentos para combater a tuberculose ao Ministério da Saúde, o que levava alguns meses para ser atendido. Em maio e julho de 1954 a Câmara de Vereadores aprovou o envio de requerimentos nesse sentido, sendo atendido tal pedido em novembro daquele ano (CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS, 1954d; 1954e; 1954f; 1954g). Embora filiado ao PTB, Romualdo Campos mantinha o seu rompimento com o diretório local desse partido (CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS, 1954a). De sua postura enquanto vereador, apresentando determinadas questões relacionadas aos trabalhadores, rendeu interpretações controversas. Por exemplo, sobre o seu discurso em

defesa do pagamento do salário mínimo para os servidores municipais diaristas, o vereador Joaquim Batista julgava-o compatível para “uma república soviética ou comunista”. Por sua vez, o vereador José Olímpio de Azevedo Neto considerava como ambíguo se colocar em defesa dos servidores municipais e, ao mesmo tempo “estar de braços dados com o senhor prefeito, que é o maior perseguidor do salário mínimo”. Do vereador Eurico Costa vinha o ataque a Romualdo Campos “de querer chamar para si o privilégio de único defensor dos interesses da classe proletária” (CÂMARA DE VEREADORES DE ALAGOINHAS, 1954c). Dos patrões, segundo o próprio Romualdo Campos, advinha a taxaçoão de ser ele comunista. E do periódico comunista *O Momento* a taxaçoão de ser ele pelego<sup>5</sup>.

A atuação de Romualdo Campos dava margens para interpretaçoões controversas, mas a sua presença no Legislativo Municipal, assim como de outros vereadores operários no final da década de 1940 e durante a década de 1950, se apresentava como uma alternativa possível, dentro dos limites existentes em uma democracia representativa, para tra-

---

<sup>5</sup> Tentando se desvincular da imagem de comunista Romualdo Campos publicou mensagem intitulada *Aos Alagoinhenses* no jornal *O Nordeste* admitindo categoricamente serem calúnias as informações que o descrevia “agitador, comunista e perturbador da ordem e da tranquilidade pública. [...] Mas felizmente, a denúncia é destas que causam até riso [...], pois quem, até hoje, há me viu em conciliábulo comunistas ou saiba ser eu fichado no partido político soviético?”. Ver: *O Nordeste*, 14.10.1949, p. 2. Em outra oportunidade se defendeu da taxaçoão de pelego feita no jornal ligado ao PCB baiano, porém parece ter sido o seu principal interesse demonstrar que não era bem visto de no interior do movimento comunista e, portanto se desvincular da imagem de pertencer a esse movimento de esquerda, em virtude de ter sido “vigiado como comunista” quando esteve “em Petrópolis representando os trabalhadores”, em função da acusaçoão feita pelo Delegado do Ministério do Trabalho em Salvador, segundo Romualdo Campos. Ver: Ata de 20.07.1951 da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoinhas.

balhadores e acessarem a políticas públicas em seu favor, mesmo que fossem para atender necessidades pontuais, relacionadas ao cumprimento da legislação trabalhista ou ao acesso aos serviços de saúde e previdenciário.

## Considerações finais

Em Alagoinhas, a abertura política desencadeada após a queda da ditadura do Estado Novo permitiu a ampliação da participação política dos trabalhadores. Participação essa que se deparava com os limites que são decorrentes de uma democracia representativa, uma vez que, na prática, estava inviabilizada uma efetiva interferência no processo decisório das ações do Estado. A possibilidade de votar, no entanto, ensejava o aumento da margem de negociação e poder de barganha para os trabalhadores.

A experiência construída pelos operários em curtumes em Alagoinhas manifesta às contradições inerentes as relações econômicas sob a lógica capitalista. Ou seja, apesar da indústria de couros e peles corresponder à principal atividade econômica do município, nos anos 1950, os operários desse setor não alcançavam melhoria nas condições de vida e trabalho. Além disso, também fica exposto o precário desfrute de direitos sociais, que, apesar de ser previstos em Lei, não se materializavam no cotidiano operário.

A eleição para vereador de um representante dos curtumeiros representa uma resposta, a esse estado de coisas, dentro do horizonte de possibilidades que se apresentavam na época. Com isso, se abria uma brecha para integrar-se a institucionalidade política a fim de pressionar instâncias do Estado e acionar agentes políticos que poderiam viabilizar ações governamentais, diante da negação na prática de uma série de direitos sociais. Porém, essa estratégia se aplicava em um terreno de relações complexas e irregulares entre

diferentes atores políticos, galgando, por vezes, soluções meramente temporárias

## Referências

BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BOSI, Alfredo. Escravidão: entre dois liberalismos. In: *Estudos avançados*. (USP. Impresso), v. 2, p. 4-39, 1988.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 20.07.1951 da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1951a.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Requerimento apresentado pelo vereador Romualdo Campos em 15.10.1951. 1951b.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 02.05.1952 da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1952a.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 05.05.1952 da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1952b

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 07.05.1954, da sessão Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1952c.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 16.05.1952 da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1952 d.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 23.05.1952 da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1952e.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Requerimento apresentado pelo vereador Romualdo Campos em 06.06.1952. 1952f.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 16.06.1952 da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1952g.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Requerimento apresentado pelo vereador Romualdo Campos em 16.06.1952. 1952h.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 11.07.1952 da sessão da Câmara de Vereadores. 1952i.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 18.07.1952 da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1952j.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 21.07.1952 da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1952l.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 01.08.1952 da sessão Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1952m;

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Requerimento apresentados pelos vereadores Joaquim batista Filho e Tiago Evangelista dos Santos em 15.09.1952 1952n.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 16.11.1953 da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1953.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 07.04.1954 da sessão Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1954a.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 19.04.1954 da sessão Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1954b.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 30.04.1954 da sessão Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1954c.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS, Ata de 07.05.1954 da sessão Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1954 d).

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS, Ata de 12.01.1954 da sessão Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1954 e).

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 22.10.1954 da sessão Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1954 f).

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS, Ata de 19.11.1954 da sessão Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1954 g).

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Requerimento apresentado pelo vereador Romualdo Campos em 19.04.1954. 1954c.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 23.04.1954 da sessão Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1954 d.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 30.04.1954 da sessão Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1954e.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 22.05.1954 da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1954f.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Requerimento apresentado pelo vereador Romualdo Campos em 27.05.1954. 1954g.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 12.07.1954 da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1954h.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 22.10.1954 da sessão da Câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1954i.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Ata de 19.11.1954 da sessão da câmara de Vereadores de Alagoinhas. 1954j.

CÂMARA DE VERADORES DE ALAGOINHAS. Requerimento apresentado pelo vereador Romualdo Campos em 03.02.1956. 1956.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. *A cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EDUFNA, CEAO 2004.

COELHO, Sandro Anselmo. O Partido Democrata cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 23, n. 46, p. 201-228, 2003.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ-Vértice, 1988.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

HIRST, Paul. *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

IBGE. *Dados preliminares da sinopse do município de Alagoinhas*. 10.02.1955. Disponível na Agência do IBGE em Alagoinhas, p. 1.

MORAIS, Moisés Leal Moraes. *Urbanização, trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo Municipal: Alagoinhas — Bahia, 1948-1964*. 2011. 139f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) Universidade do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus, 2011.

O NORDESTE. Alagoinhas, p. 2, 21 out.1949.

O NORDESTE. Alagoinhas, p. 1, 11 ago. 1950.

O NORDESTE. Alagoinhas, p. 3, 23 jul. 1955a.

O NORDESTE. Alagoinhas, p. 2, 12 set. 1955b.

O POPULAR. Alagoinhas, p. 3, 17 set. 1935.

TRIBUNA POPULAR. Alagoinhas, p. 1, 20 dez. 1946.

SAMPAIO, Nelson de Souza. *O diálogo democrático na Bahia*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares, 1960.

SOARES, Gláucio Ary Dillon, *Sociedade e política no Brasil (Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República)*. São Paulo: Difel, 1973.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

WEFFORT, Francisco Correia, *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 17-22

[Recebido: 15 out. 2014 — Aceito: 30 nov. 2014]